

Título: Avaliação da rotulagem de leite em pó comercializado por estabelecimentos varejistas no município do Rio de Janeiro-RJ

Autor(es) Bruno Corrêa da Silva; Carolina Victor de Oliveira Occhioni; Márcio Reis Pereira de Sousa; Vivian Scoralick de Almeida Torquato

E-mail para contato: carolinavictor@yahoo.com.br

IES: UNESA

Palavra(s) Chave(s): leite em pó, rotulagem, indústria láctea

RESUMO

Todo alimento que seja produzido, comercializado e embalado na ausência do cliente e pronto para a oferta ao consumidor deve apresentar a rotulagem. Tal necessidade visa o fornecimento de informações adequadas e claras sobre as características dos alimentos, devendo apresentar indicações que permitam ao consumidor informar-se quanto à denominação de venda, firma responsável pela produção, a identificação do serviço de inspeção sanitária oficial, a natureza do estabelecimento, o prazo de validade, sua fórmula de composição, a rotulagem nutricional, além de outras informações necessárias e determinadas nas legislações vigentes no país. As informações apresentadas na rotulagem são um direito do consumidor e a forma como os dados devem ser apresentados são regulamentados, permitindo que haja uma padronização. O presente trabalho teve como objetivo avaliar a conformidade da rotulagem de 11 marcas diferentes de leite em pó com registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), comercializados no município do Rio de Janeiro – RJ, entre março e abril de 2015, em relação às legislações vigentes. Foi elaborado um “check-list” desenvolvido a partir das legislações em vigor. Cada item foi avaliado como “conforme” ou “não conforme”. Foram avaliados os rótulos de 8 amostras de leite em pó integral, de 1 amostra de leite em pó semi-desnatado e de 2 amostras de leite em pó desnatado de marcas diferentes quanto às exigências e especificações constantes na Portaria nº 146 de 07 de março de 1996 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) na Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 259 de 20 de setembro de 2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), na RDC nº 222 de 05 de agosto de 2002 (ANVISA), na RDC nº 360 de 23 de dezembro de 2003 (ANVISA), na Instrução Normativa (IN) nº 22 de 24 de novembro de 2005 (MAPA) e na Lei nº 10.674 de 16 de maio de 2003 (ANVISA). Das amostras analisadas, 90,9% apresentaram pelo menos uma não conformidade de acordo com o preconizado pela IN nº 22/2005 do MAPA. Todas as amostras estavam de acordo com a RDC nº 259/2002 da ANVISA. Em 9% das amostras, foi constatada a não conformidade com a RDC nº 360/2003 da ANVISA e 45,4% não apresentaram conformidade com a Lei nº 10.674/2003 da ANVISA. Foi observado que 54,5% das amostras estavam em desacordo com a RDC nº 222/2002 da ANVISA e 18,1% não estavam de acordo com a Portaria nº 146/1996 do MAPA. Diante dos resultados concluiu-se que apenas um rótulo estava de acordo com todas as determinações constantes nas legislações vigentes, ficando demonstrada a necessidade de uma maior atenção quanto à elaboração, aprovação e produção das rotulagens de leite em pó visando uma total adequação às legislações.